

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIENCIAS CONTABEIS**

DIEINIS PEREIRA MENDES

**O PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA E SUA CONTRIBUIÇÃO
NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO SENAI/CACOAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo Científico**

**Cacoal - RO
2014**

**O PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA E SUA CONTRIBUIÇÃO
NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO SENAI/CACOAL**

DIEINIS PEREIRA MENDES

Artigo - Trabalho Conclusão de Curso
apresentado à Fundação Universidade Federal
de Rondônia – UNIR – *Câmpus* Professor
Francisco Gonçalves Quiles como requisito
parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis, sob a orientação da Prof.º
Me. Charles Carminati de Lima

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O Artigo - TCC intitulado “O Programa de Inclusão Produtiva Urbana e sua contribuição no ensino profissionalizante do SENAI/Cacoal”, elaborado pela acadêmica Dieinis Pereira Mendes, foi avaliado e julgado, aprovado pela banca examinadora formada por:

Professor Me. Charles Carminati de Lima.

Presidente

Professora Dr^a Suzenir Aguiar da Silva Sato

Membro

Professora Dr^a Maria Bernadete Junkes

Membro

Média

Cacoal - RO
2014

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que me concedeu a vida e a oportunidade de realizar mais esta conquista em minha vida.

Ao meu noivo e a minha família que me deram total compreensão e sempre estavam ali para me dar força e me animar nas horas em que mais precisei.

E ao meu orientador, por ser sempre atencioso e paciente, que com muita sabedoria me mostrou sempre o rumo a ser seguido. Assim como todos os professores, que estiveram presentes na minha vida acadêmica, colaborando assim para o meu sucesso.

“Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.

(Cora Coralina)

O PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA E SUA CONTRIBUIÇÃO NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO SENAI/CACOAL

Dieinis Pereira Mendes¹

Resumo: iniciativas governamentais por meio de políticas públicas de inclusão social vêm contribuindo com a inclusão de famílias em situação de risco social no mercado de trabalho. Essas políticas vêm sendo implantadas por meio de cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAI na inserção dessas pessoas de baixa renda, proporcionando a elas ocupação, capacitação e renda. Com isso, o presente estudo tem como objetivo identificar a contribuição do Programa de Inclusão Produtiva Urbana do Governo Federal na profissionalização das pessoas para o mercado de trabalho. E como objetivos específicos: levantou-se o perfil socioeconômico dos pesquisados; descreveram-se os critérios estabelecidos para inclusão profissional dos participantes do programa; identificou-se o perfil dos cursos oferecidos pelo SENAI com vistas à aprendizagem industrial e qualificação profissional; identificando a percepção dos entrevistados quanto à contribuição da formação profissional para a inserção no mercado de trabalho. A presente pesquisa ocorreu por meio de coletas de dados, levantamento bibliográfico e pesquisa de campo a qual foi realizada com 50 alunos egressos das modalidades de qualificação profissional e aprendizagem industrial realizado pelo SENAI de Cacoal no ano de 2012. Dos resultados obtidos, foi possível identificar que houve contribuições quanto à capacitação, ocupação e a renda, porém não houve contribuição em relação a área desejada do curso realizado por esses egressos.

Palavras – Chave: Inclusão Produtiva. Cursos Profissionalizantes. Capacitação Profissional.

1 INTRODUÇÃO

Com o crescimento econômico do país, cresce também oportunidades de trabalho e emprego. Porém, para que estas oportunidades sejam aproveitadas, é necessária qualificação profissional para mão de obra empresarial, industrial e de serviços. Nesse sentido, o Governo Federal com o objetivo de contribuir na qualificação profissional dos indivíduos que procuram oportunidade de emprego, e em parceria com os Ministérios da Educação, Trabalho, Desenvolvimento Social e Saúde, Sistema Nacional de Aprendizagem Profissional e dos Institutos Federais, vem promovendo a inserção de brasileiros em programas a exemplo do Programa Inclusão Produtiva Urbana, que tem como objetivo principal favorecer a inserção de indivíduos de vulnerabilidade social neste mercado por meio de emprego formal, estimulando o empreendedorismo e o desenvolvimento social (BRASIL, 2014c).

Neste sentido, as políticas governamentais utilizaram estratégias de capacitação rápida nos cursos profissionais oferecidos, de maneira que o maior número de pessoas tenha

¹ Acadêmica concluinte do 8º Período do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – *câmpus* Professor Francisco Gonçalves Quiles, sob a orientação do Profº Me Charles Carminati de Lima.

oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, que está cada vez mais exigente e concorrido.

O ensino profissionalizante segundo Brasil (2014f) está associado à inclusão desde a criação das primeiras escolas de aprendizes de artífices em 23 de setembro de 1909, pois a falta de demanda por mão de obra qualificada era considerada o principal fator para o desemprego, tornando assim, a formação educacional e profissional a peça principal para erradicar o desemprego e a pobreza da população de baixa renda no Brasil e contribuir com o desenvolvimento local.

Destaca-se a existência de 16 milhões de brasileiros na extrema pobreza (BRASIL, 2012). Com isso as ações governamentais se voltaram para a criação de uma nova estratégia de inclusão para as pessoas que não estejam qualificadas ao mercado de trabalho, e a partir de desse projeto, romper barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais. Desta forma, Silva *et al.* (2012), descreve que esta inclusão é feita através de a criação de cursos de ensino profissionalizantes, criados para que estes possam contribuir na preparação desses indivíduos para o mercado de trabalho, qualificando-os em uma formação e dando-lhes uma forma de gerar renda: o Programa de Inclusão Produtiva Urbana.

Nesta perspectiva, o BRASIL (2012), destaca que a partir dos programas sociais, faz-se necessário para a obtenção do benefício de tais programas, a exigência da inscrição no Cadastro Único do Governo Federal (CADÚNICO) coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), permitindo desta forma, a identificação do grau de pobreza das pessoas inscritas, informações socioeconômicas, condições de moradia, acesso ao mercado e trabalho, educação e saúde. Contudo, BRASIL (2012), descreve que depois de feita a inscrição no CADÚNICO as famílias de baixa ou de renda superior a meio salário mínimo também poderão ser cadastradas em programas sociais oferecidos pelo Governo Federal. Esses cursos são oferecidos gratuitamente e ofertados somente em instituições de reconhecida qualidade, como as unidades do sistema nacional de aprendizagem (SENAC e SENAR) e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Esta aplicação do programa é desenvolvida juntamente com as prefeituras municipais, com auxílio da assistência social responsável pelo acompanhamento dos beneficiários.

Com os grandes investimentos e o desenvolvimento do país, cresce junto à pobreza e a necessidade de políticas que visem à promoção social e profissional para estes brasileiros considerados de extrema pobreza, buscando desta forma um meio de vida melhor por meio de políticas de apoio do Governo Federal e instituições a exemplo do Serviço Nacional de aprendizagem industrial (SENAI), com cursos de profissionalização e preparação para o

primeiro emprego. Desta forma, deseja-se saber: como o programa de inclusão produtiva urbana junto com o SENAI de Cacoal vem contribuindo com a profissionalização das pessoas para o mercado de trabalho?

O estudo realizado justificou-se em identificar se esses jovens, que são considerados pessoas de baixa renda inscritos no CADÚNICO, estão sendo incluídos no mercado de trabalho por meio destes cursos profissionalizantes abarcados pelo Programa do Governo Federal Inclusão Produtiva Urbana.

Como objetivo geral desta pesquisa, identificou-se a contribuição do programa de inclusão produtiva urbana do Governo Federal em relação à profissionalização das pessoas para o mercado de trabalho. E como específicos, levantou-se o perfil socioeconômico dos pesquisados; descreveu os critérios estabelecidos para inclusão profissional dos participantes do programa; identificou o perfil dos cursos oferecidos pelo SENAI com vistas à aprendizagem industrial e qualificação profissional; identificando a percepção dos entrevistados quanto à contribuição da formação profissional para a inserção no mercado de trabalho.

De forma geral o Programa Inclusão Produtiva Urbana através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) está capacitando pessoas para o mercado de trabalho e por meio da ocupação, proporcionando geração de renda. Evidenciou também, que os egressos dos cursos priorizam os conhecimentos obtidos pelos cursos e a inclusão no mercado de trabalho. Entretanto, algumas falhas do programa também foram identificadas através das entrevistas feitas com os egressos, tais falhas identificadas foram que a maioria dos concluintes dos cursos não tiveram oportunidades de trabalharem na área do curso, e não conseguiram empreender.

O presente estudo ocorreu por meio de coleta de dados, levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, e a partir dos dados levantados interpretou a percepção dos alunos quanto à contribuição da sua formação profissional para a inserção no mercado de trabalho. Por fim, o método utilizado para a pesquisa foi por meio de questionários aplicados a 50 alunos egressos de um universo de 4.032 alunos formados no ano de 2012, das modalidades de qualificação profissional e aprendizagem industrial, ressaltando-se que a seleção dos entrevistados foi fornecida pelo SENAI de Cacoal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico esta subdividido em três eixos temáticos, que são distribuídos da seguinte forma: 2.1 O Ensino Profissionalizante no Brasil; 2.2 O Serviço Nacional de

Aprendizagem industrial (SENAI); 2.3 Inclusão Produtiva Urbana. Em todos os três eixos serão abordados a sua história e de como foram implantados no Brasil.

2.1 O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL

A formação profissional surgiu em 1809 quando um Decreto do Príncipe Regente futuro rei D. João VI, criou o Colégio das Fábricas com o objetivo de atender à educação dos artistas vindos de Portugal. Porém, com o passar dos anos várias escolas foram criadas, no entanto o foco dessas escolas estava agora voltado para amparar os “desvalidos da sorte”².

De acordo com BRASIL (2011f), o ensino profissional só adquiriu relevância depois da criação de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, por meio do Decreto número 7.566 de 23 de Setembro de 1909, e tinha como intuito oferecer ensino profissional primário gratuito, voltado mais para a inclusão social, e não exatamente para mão de obra qualificada.

Contudo Canali (2014), afirma que essa rede de escola não atendeu as expectativas no que se diz respeito à qualidade do ensino profissional, pois além dos prédios nos quais eram realizados os cursos serem impróprios para o uso, havia também a falta de um corpo docente qualificado e especializado que reduziu a eficácia da qualidade do curso oferecido. Também foi registrada a evasão em relação à frequência dos alunos matriculados, pois muitos abandonavam o curso deduzindo que já estavam preparados para o ingresso no mercado trabalho. Porém, com todas essas barreiras o ensino técnico-profissional foi consolidado como precursor da Rede de Escolas Técnicas do Brasil.

Neste contexto, durante todo século XX a formação de trabalhadores se tornou um objetivo de grande importância para o Estado, porém o mesmo seguia com um conflito em sua educação que teria que ser resolvido. Tal embate, veio da separação do ensino primário e secundário, o primeiro era direcionado a elite com vistas ao ensino superior, o outro era o direcionamento dos “desvalidos da sorte” ao ensino profissionalizante. Silva (2010, p. 396), afirma que está dualidade “marcava a separação daqueles que iriam desempenhar funções intelectuais ou instrumentais”.

Após a revolução de 1930 e posteriormente a industrialização, houve mudanças no que diziam respeito ao ensino profissional. Tais mudanças foram consagradas na constituição de 1930, passando assim a ser contemplado como um elemento estratégico para o

² Que ou aquele que se vê sem apoio, recurso ou forças; desprotegido, desamparado.

desenvolvimento da economia e uma ferramenta importante para melhorar as condições de vida das classes menos favorecidas (MATIAS, 2003).

Neste sentido, o Estado desenvolveu iniciativas tanto no setor privado quanto no setor público que visavam oferecer educação profissional para a parcela pobre da população brasileira.

O ensino técnico no Brasil começou em 1940, onde Silva (2012) comenta que por meios de Leis orgânicas que organizava o ensino comercial, industrial e ensino agrícola foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem industrial (SENAI) e mais tarde em 1946 o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial que tinha como objetivo oferecer formação técnica ao trabalhador. Como a criação do SENAI foi de exclusividade para as indústrias, as mesmas tinham que participar no treinamento da mão-de-obra.

Canali (2014) ressalta que a educação profissional foi estruturada em 1942 por Gustavo Capanema através da Reforma Capanema, de forma que o papel dela seria de desenvolver forças produtivas, beneficiando os diferentes setores privados da indústria. Esta reforma reproduzia a dualidade do sistema de ensino brasileiro, onde através dela foi estruturado a educação brasileira em dois níveis: educação básica e a superior.

Já Matias *apud* Cunha (2003) relata que apesar da Reforma de Capanema ter sido criada com a intenção de melhorias na qualidade dos cursos oferecidos, a falta de recursos aliadas a pequena oferta de vagas, se fez necessário a exclusão de alguns cursos pelo o aumento da procura dos mesmos.

Com isso, ocorreram inúmeras mudanças na educação profissional e foram debatidas ao longo do tempo. Em 1996, uma medida foi aprovada titulada como Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9394/96, que estabelecia a estrutura da Educação Profissional formada em três níveis distintos: o básico, técnico e tecnológico. No nível básico os mesmos podem ser oferecidos por qualquer unidade escola, o nível técnico exigia a autorização das secretárias estaduais de educação e atendem estudantes de nível médio, por último os cursos tecnológicos que são realizados por faculdades, instituições ligadas ao ensino superior. Com esta nova estrutura que separou a educação profissional técnica da escola média (CANALI, 2014).

Em 1997, com o Decreto nº 2.208, houve a separação entre o ensino médio e a educação profissional, porém, mesmo com essa separação, ainda assim continuava a dualidade entre os mesmos. Essa dualidade foi corrigida com o Decreto nº 5.154 de julho de 2004 da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no mandato do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que modificava a perspectiva de educação profissional,

transformando a educação profissional técnica de ensino médio em uma educação destinada a alunos matriculados ou egressos no ensino médio, com o objetivo de proporcionar habitação, qualificação, aperfeiçoamento e especialização. Já a educação profissional e tecnológica, cumpri os objetivos da educação nacional, integrando-se aos diferentes níveis e modalidade e educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (CANALI, 2014).

Diante da baixa qualidade da oferta, a educação profissional não deixa de ser uma alternativa de funcionalidade do ensino, no sentido de proporcionar uma facilidade de ingresso no mercado de trabalho.

O ensino profissional técnico com incentivo de políticas públicas também é oferecido no estado de Rondônia com intuito de melhorar o desenvolvimento da região e atender as necessidades das pessoas com vulnerabilidade social. Este ensino é ofertado por meio de cursos que são oferecidos por unidades do Sistema “S”, sendo mais de 500 opções de cursos que proporcionam qualificação profissional e oportunidades de trabalho e renda (BRASIL, 2014).

2.2 O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI)

As reformas educacionais que aconteceram à partir de 1930 foram criadas para solucionar o problema de mão de obra qualificada nas indústrias, em um período de industrialização que provocou a necessidade de trabalhadores com formação técnica para serem inseridos no mercado (SILVA, 2010).

Conforme BRASIL (2012), o Serviço de Nacional de Aprendizagem industrial foi criado através das Leis Orgânicas da Educação Nacional pelo Decreto-lei nº 4.048 no dia 22 de Janeiro de 1942 que após muitas outras iniciativas públicas de formação profissional voltada a crianças e jovens, se tornou o maior formador de educação profissional e tecnologia, pois pode atender a necessidade de formar profissionais qualificados para a indústria brasileira.

De acordo com Moraes (2014, p. 83) “em 1946, o Decreto-Lei nº 9.576 determinou que o Conselho Nacional do SENAI fixasse o número de aprendizes entre 5% e 15% dos trabalhadores das empresas associadas, conforme as necessidades da indústria”, pois a partir do Estado Novo (1937-1945) a formação profissional tomou impulso e a preocupação do Governo diante da educação profissional era grande, uma vez que a Segunda Guerra Mundial foi um momento de boa expectativa econômica para os industriais brasileiros.

Já em 1950, o andamento com o processo de industrialização foi acelerado, consequentemente o SENAI já abrangia quase todo o território nacional, buscando assim no exterior melhoria na formação de seus técnicos, tornando-se modelo em inovação e qualificação na área de formação profissional e servindo de exemplo para criação de instituições semelhantes em alguns países da América do Sul como, Argentina, Venezuela, Peru e Chile. Em 1960 o SENAI intensificou e buscou novas parcerias, em 1980 com a crise econômica a transformação foi identificada, fazendo com que se fosse investido mais em tecnologia de ponta, no seu corpo técnico e instalações de centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, levando o SENAI a buscar novas parceiras para que essa expansão fosse realmente feita, chegando aos anos de 1990 como o assessor da indústria brasileira.

O SENAI é financiado com recursos públicos provenientes das contribuições especiais/parafiscal que em geral a contribuição é de 1% sobre a folha de salários das empresas vinculadas por lei à instituição, sendo descontadas regularmente e repassadas à entidade de modo a financiar suas atividades. Também se recolhido das empresas com mais de 500 empregados o percentual de 0,2% sobre a folha de pagamento (MORAES, 2014). “As empresas contribuintes do SENAI totalizam, em todo o Brasil, 359.446 estabelecimentos” (MORAES, 2014, p. 83), concluindo assim que mesmo mantido por recursos públicos, o SENAI é de natureza privada, sendo considerado como a maior rede de ensino privado do país.

A estrutura organizacional do SENAI é descrita por Moraes (2014, p. 83) da seguinte forma:

Ele organiza-se em dois blocos fundamentais: de um lado, os órgãos normativos da instituição, compostos pelo Conselho Nacional e pelos conselhos regionais; de outro lado, os órgãos de administração, representados pelo Departamento Nacional e 27 departamentos regionais. É função do Departamento Nacional coordenar a execução da política e das normas definidas pelo Conselho Nacional, organizando/orientando o conjunto dos departamentos regionais que, por sua vez, são os responsáveis diretos pela implementação dos programas de educação profissional.

Para execução de seus serviços o SENAI oferece uma rede escolar que inclui centros de tecnologia, centro de educação profissional, centros de treinamentos, unidades de treinamento operacional, agências de treinamentos, agências da educação profissional, unidades moveis e unidades difusoras de informação (MORAES *apud* SENAI, 1997a), totalizando uma rede de 797 unidades operacionais, entre fixas e móveis, distribuídas por todo País, oferecendo mais de 2900 cursos de formação profissional, além de programas de qualificação e aperfeiçoamento.

O Serviço Nacional de Aprendizagem industrial tem como missão “promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da indústria” (SENAI, 2014), constitui, hoje, ao lado do treinamento nas empresas, a principal opção nacional para trabalhadores jovens e adultos empregados, consolidando assim como o principal prestador do ensino profissional pelo empresariado.

2.3 INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA: CONCEITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A inclusão produtiva urbana, conforme Souza (2013) é um programa do Governo Federal de inclusão criado em 2011 que por meio de emprego formal, empreendedorismo ou de empreendimentos, auxiliam a inserção de indivíduos de baixa renda e sem qualificação profissional no mercado de trabalho. Este nome é proveniente da desigual relação capital *versus* trabalho, que por meio do Decreto nº 6.303, de março de 2008, firmou o Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, que se define em conceber ao cidadão formação e inserção no mercado de trabalho. Este compromisso foi estabelecido pela então Secretária de Articulação para a Inclusão Produtiva (SAIP) do MDS, que mais tarde com a eleição da Presidenta Dilma Rouseff deixou de existir e se transformou na Secretária Extraordinária de Combate à Extrema Pobreza.

A inclusão produtiva tem por objetivo levar oportunidade de capacitação e geração de renda aos indivíduos de vulnerabilidade social se tornando o último dos três eixos do Plano Brasil sem Miséria. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) coordena este plano, sendo que todos os estados brasileiros aderiram ao plano (SOUZA, 2013).

Segundo Souza (2013) para a melhor inserção dos usuários no mercado de trabalho foi criado o Programa do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) que se integra no eixo da inclusão produtiva, especificamente na sua vertente urbana, para articular ações, mobilizar e encaminhar os usuários ao PRONATEC Brasil sem Miséria para assim acompanhar a permanência dos alunos nos cursos e nas outras atividades. Os cursos que são oferecidos pelo PRONATEC são gratuitos com duração mínima de 160 horas para cidadãos com mais de 16 anos de idade.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), conforme BRASIL (2013) foi criado com a finalidade de ampliar a oferta de educação

profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações. O PRONATEC envolve iniciativas como a Expansão da Rede Federal; Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-TecBrasil; Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem; Fies Técnico e Empresa; Bolsa-Formação, todas voltadas para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para estudantes e trabalhadores, com intuito de fortalecer a educação profissional e capacitar os brasileiros para o mercado de trabalho.

As despesas dos cursos como, material escolar, material didático, alimentação e transporte são custeadas pelo MEC. Os cursos são ministrados somente em instituições de reconhecida qualidade, como as entidades do Sistema “S” (SENAI, SENAC, SENAT E SENAR), redes federais de educação profissional, científica e tecnológica e as redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2014). São disponibilizados nestas instituições de ensino mais de 500 cursos de formação inicial e continuada, proporcionado assim, um leque de oportunidades para que mais pessoas possam se qualificar e ingressar ao mercado de trabalho.

Porém, SOUZA (2013) defende que é aceitável que a inclusão produtiva viabiliza oportunidades de ocupação e renda, mas é de dever do Estado oferecer aos usuários as oportunidades, para que a inclusão produtiva ocorra com sucesso, e que se torne realmente uma porta de saída da extrema pobreza, pois não basta ter uma ampla disponibilidade de oportunidade, se não há o acesso efetivo a essa oportunidade.

Então, para que realmente seja feita a inclusão das pessoas em situação de risco social, é necessário que além de projetos, que sejam oferecidas oportunidades de emprego com ajuda dos municípios e até mesmo do próprio Estado, através de incentivos e empreendimentos, para que a inclusão se torne realmente uma porta de saída para aqueles que precisam.

3 METODOLOGIA

A pesquisa está inserida no campo das ciências sociais e possui caráter exploratório, do qual a coleta de dados ocorreu por meio de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo.

O ambiente no qual a pesquisa foi realizada foram com os alunos egressos das modalidades de qualificação profissional e aprendizagem industrial realizados pelo SENAI no ano de 2012, localizado no município de Cacoal, Rondônia.

Em sua abordagem, o presente estudo foi através de pesquisa descritiva, pois conforme segundo Gil (2010), pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Envolve técnicas como a de coletas de dados, como por exemplo, o questionário, a fins de levantar informações que ajudem a entender melhor o problema. Portanto, a pesquisa descritiva, observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é de natureza qualitativa, pois interpretou a partir dos dados levantados, a percepção dos alunos do SENAI de Cacoal quanto à contribuição da sua formação profissional para a inserção no mercado de trabalho.

Pertinentes ao universo da pesquisa foram entrevistados 50 alunos egressos do ano de 2012 de uma amostra de 4.032 alunos aproximadamente, dos cursos de qualificação profissional e aprendizagem industrial. Nesta seleção foram entrevistados alunos dos cursos de Eletricista de Instalações Industriais – PRONATEC, Eletricista de Linhas Elétricas de Alta e Baixa Tensão (Qualificação Profissional); Eletricidade Básica e Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica (Aprendizagem Industrial). Ressalta-se que tal quantitativo foi utilizado de acordo com o cadastro fornecido pela entidade.

Por fim, foi aplicado o questionário por meio de entrevistas aos alunos egressos dos cursos de qualificação profissional e o de aprendizagem industrial. As entrevistas foram marcadas por telefone e depois feitas em encontros em diversos lugares nos quais os alunos tivessem a disponibilidade de respondê-lo pessoalmente. Os resultados obtidos foram organizados conforme a necessidade do objeto de estudo, para a melhor compreensão e análise.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 O MUNICÍPIO DE CACOAL E A ATUAÇÃO DO SENAI NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS

Cacoal é a quarta maior cidade do Estado de Rondônia, e possui uma economia sólida e em plena expansão, movida pelas indústrias do setor madeireiro, agropecuário e comércio. Sua população conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) é de 78.574 habitantes, sua economia caracteriza-se pela diversificada atividade comercial, que atrai consumidores de toda região e pela atividade agropecuária, sendo o

primeiro município do Estado na produção de café, conforme dados Prefeitura Municipal de Cacoal (2014). Cacoal possui um dos maiores rebanhos de Rondônia, destacando-se na produção leiteira como o quarto maior produtor.

A figura 1 apresenta o mapa do estado de Rondônia e a localização do município de Cacoal.

Figura 1: Mapa de Rondônia e a localização de Cacoal



Fonte: IBGE, 2010

O nome Cacoal deriva-se da grande quantidade de produção de cacau na época, nome este que foi dado pelo guarda fio da Comissão Rondon, senhor Anízio Serrão de Carvalho, um dos primeiros moradores, em 1912. De acordo com Prefeitura Municipal de Cacoal (2014), o povoamento somente aconteceu na década de 70, com a chegada de imigrantes da região sul e sudeste, porém apenas em 26 de Novembro de 1977 o município foi emancipado.

4.1.1 O SENAI e os cursos oferecidos no município de Cacoal

Os cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem industrial, conforme BRASIL (2014) visa promover a educação profissional tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo desta forma para elevar a competitividade da indústria brasileira. Com o intuito de fomentar e apoiar a educação profissional com vistas em ampliar a oportunidade de inserção de mais pessoas profissionalmente preparadas no mercado de trabalho, é oferecido pelo SENAI modalidades de cursos em qualificação profissional e aprendizagem industrial.

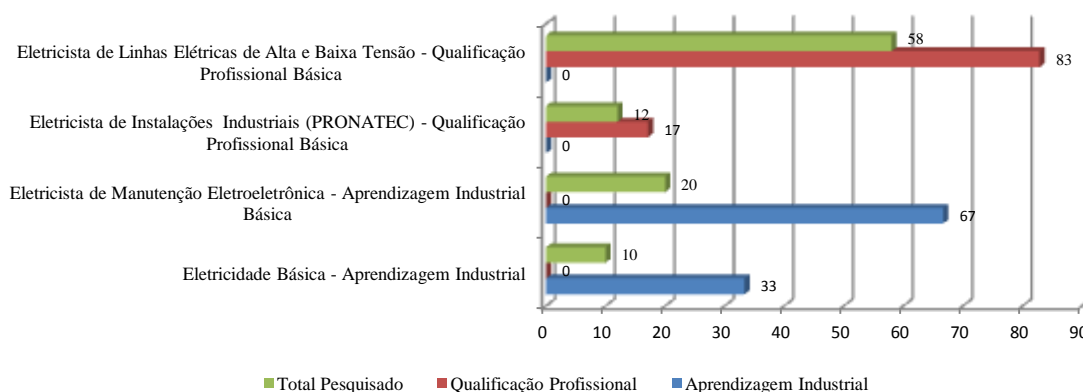
Em Cacoal, o SENAI atua desde 1998, atendendo em média 4.500 alunos por ano. Em seus 16 anos de funcionamento o SENAI Cacoal já formou 27600 alunos aproximadamente, distribuídos 80 cursos. Atualmente o SENAI em Cacoal oferece em média 60 cursos de qualificação profissional e 12 cursos de Aprendizagem industrial

Em Rondônia, o SENAI está dividido em unidades polos distribuídas nos municípios de Porto Velho, Ariquemes, Ji-paraná, Cacoal, Vilhena. Em Cacoal o SENAI possui uma sede e mais uma unidade, por ser o município uma região polo, o SENAI atende em seus cursos outros municípios como: Espigão do Oeste, São Miguel do Guaporé, Ministro Andreazza, Pimenta Bueno, Rolim de Moura, Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, São Francisco do Guaporé, Santa Luzia d'Oeste, São Felipe d'Oeste, Primavera de Rondônia, Novo Horizonte, Nova Brasilândia do Oeste.

O objetivo principal deste estudo foi identificar a contribuição do Programa de Inclusão Produtiva Urbana do Governo Federal na profissionalização das pessoas para o mercado de trabalho, a seguir será apresentado o perfil dos cursos oferecidos no ano de 2012, no que se refere à aprendizagem industrial e à qualificação profissional:

Figura 2 Modalidades oferecidas em 2012

Cursos realizados em 2012 oferecidos SENAI com objetivo de aprendizagem industrial e qualificação profissional



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Com relação à escolha dos entrevistados nos cursos do SENAI/Cacoal em 2012, o curso de aprendizagem industrial obteve uma procura de 30%, em relação à dos cursos de qualificação (70%). Daqueles que buscaram os cursos de aprendizagem industrial, 67% escolheram o curso de Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica. Já os alunos que optaram por qualificação profissional, 83% escolheram o curso de Eletricista de Linhas Elétricas de Alta e Baixa Tensão.

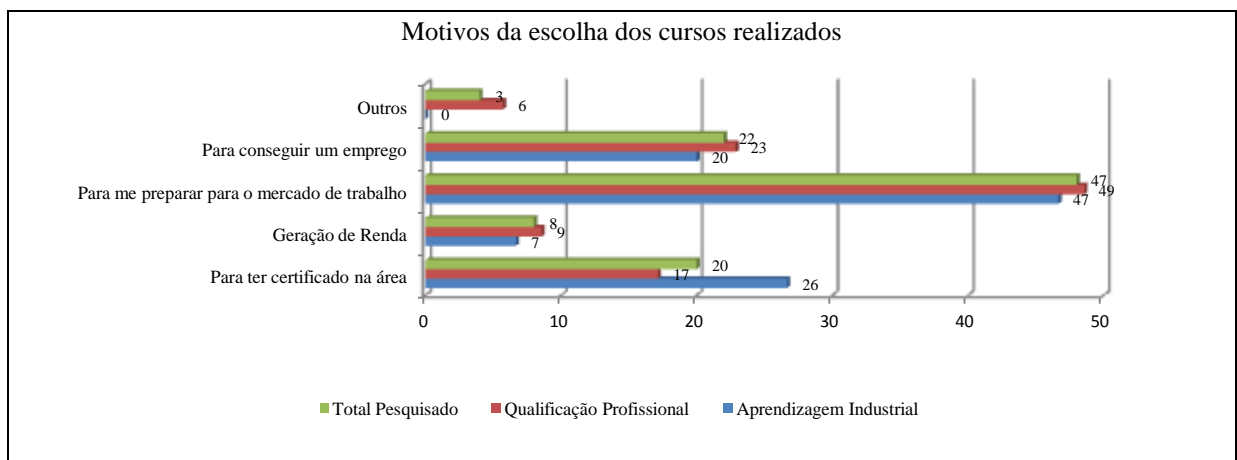
A escolha dos cursos de eletricista se deu, segundo os entrevistados, pela demanda e necessidade deste profissional no mercado de trabalho.

Conforme NEU e CACENOTE (2014) é fato que há certa dificuldade para inserção do jovem no mercado de trabalho. Devido a essa dificuldade, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) editou a Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.598 de 1º de dezembro de 2005, como forma de facilitar a inserção profissional destes jovens no mercado de trabalho. Porém, esta facilitação é obrigatória, de modo que, as empresas de médio e grande porte ofereçam vagas para jovens aprendizes.

Portanto, a Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000, tem como objetivo proporcionar a formação técnico-profissional dos jovens, concedendo a eles aprendizado de uma determinada área e dando-lhe a oportunidade de ter sua primeira experiência profissional.

Já para os cursos de qualificação profissional, nota-se que a procura foi maior, representando 70% dos entrevistados. Isso ocorreu devido os cursos de qualificação, segundo BRASIL (2014), visarem desenvolvimento das competências profissionais dos alunos, de forma que o perfil do curso é o de fazer com que o aluno se torne um egresso com certificado e qualificado para o mercado de trabalho.

Figura 3 Interesse do entrevistado pelo curso



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

No que se refere ao interesse dos entrevistados na escolha dos cursos, conforme a figura 3 o estudo, mostrou que os principais motivos foram à preparação para o mercado de trabalho e a necessidade de se conseguir um emprego, com 47% e 22% respectivamente. Depois com 20% o fator geração de renda aparece. O que se observa, dentre os alunos pesquisados, a necessidade de geração de renda, não é o fator mais importante para os jovens. Segundo os entrevistados a importância está na qualificação e no acesso ao mercado de trabalho, sendo a renda consequência da atividade profissional.

Pode-se observar que houve também uma preocupação significativa (20%) dos egressos com relação ao certificado, pois conforme Alexim e Lopes (2014) a certificação

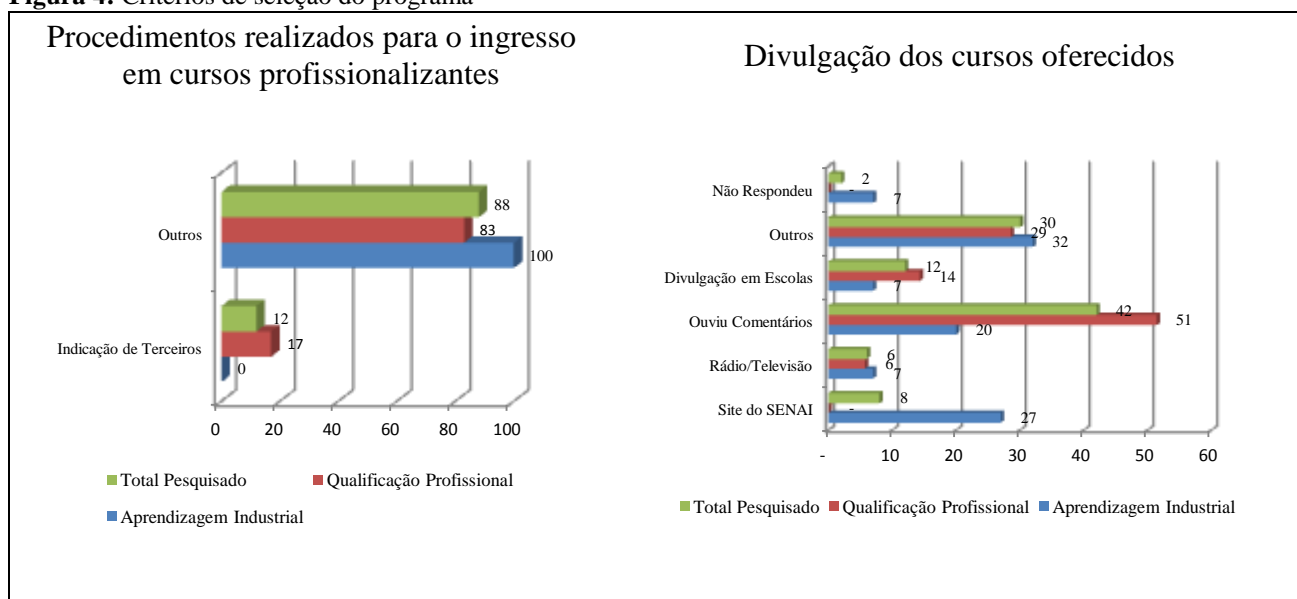
resulta, também, importância para o mercado de trabalho porque proporciona informação objetiva e oportuna sobre o candidato a emprego, facilitando e reduzindo custos do processo de recrutamento e seleção, em outras palavras, o certificado contribuiu para o ingresso no mercado de trabalho.

4.1.2 O Programa de Inclusão Produtiva Urbana e os critérios de seleção exigidos

O programa de Inclusão Produtiva Urbana foi criado em 2011, com o objetivo de proporcionar o acesso à oportunidade de ocupação e renda as famílias que se encontram em extrema pobreza. Souza (2013) descreve que o programa de inclusão produtiva é o último dos três eixos do Programa Brasil Sem Miséria (BSM) e foi criado para se tornar uma porta de saída para aqueles que estão em extrema pobreza. De modo que, a porta de saída que é dada para o indivíduo se dá por meio de cursos de formação profissional oferecidos pelo Sistema ‘S’.

Os critérios exigidos (figura 4) para o indivíduo participar dos cursos de qualificação profissional e aprendizagem industrial, segundo BRASIL (2013), são: ter idade superior a 16 anos e estar cadastrado no Cadastro Único (CADÚNICO), cujo objetivo é identificar e caracterizar as famílias de baixa renda, permitindo conhecer a realidade socioeconômica e obter informações sobre todo o núcleo familiar.

Figura 4: Critérios de seleção do programa



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Com relação à minoria (17%), observou-se que essas indicações foram feitas, em parte, por alunos já ingressados em um dos cursos, por outra, tais informações foram feitas por intermédio de encarregados que buscavam maior aprimoramento de mão de obra de seus funcionários.

Para 88% dos pesquisados, os procedimentos realizados para o ingresso nos cursos, foram através do seu cadastro no CADÚNICO, de responsabilidade das Secretarias Municipais de Assistência Social quando a família recebe algum tipo de benefício governamental, como o caso do Programa Bolsa Família. Já para aqueles que não recebiam qualquer benefício, o cadastro foi feito por meio da assistência social do município, pois como afirma BRASIL (2014), o ingresso nos cursos profissionalizantes, mesmo para o candidato que não recebe benefício governamental, é ofertada a vaga, desde que o candidato seja encaminhado ao órgão responsável de inclusão de famílias no CADÚNICO.

No referente à divulgação dos cursos, 51% dos entrevistados da modalidade de qualificação profissional souberam dos cursos por meio dos próprios colegas de trabalho ou mesmo por meio das assistentes sociais. Essa divulgação feita pela assistência social é voltada para aqueles que recebem benefícios governamentais. Já os cursos da modalidade de aprendizagem industrial foram divulgados por colegas ou pessoas conhecidas, com faixa etária abaixo de 18 anos.

Outras formas de divulgação dos cursos se dão pela própria divulgação do PRONATEC/BSM, mobilizando o público e realizando a pré-matrícula dos interessados. A realização da pré-matrícula é preferencialmente de competência das Secretarias Municipais de Assistência Social (BRASIL, 2013). Essas secretarias municipais de assistência social também realizam trabalhos de divulgação do programa, pois elas são responsáveis por cadastrar os beneficiários dos programas governamentais de transferências de renda a exemplo do Programa Bolsa Família. Pode-se concluir que a publicidade informal é mais eficiente na divulgação dos cursos, do que a divulgação nos meios de comunicação como rádio, TV e internet.

4.2 CARACTERIZAÇÃO E PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS

O levantamento socioeconômico conforme a figura 5 foi realizado com os alunos egressos das modalidades de qualificação profissional e aprendizagem industrial no ano de 2012 do SENAI Cacoal.

Figura 5: Perfil Socioeconômico dos entrevistados

	Idade			Estado Civil			Moradia			Pessoas que moram com o Entrevistado					
	AI	QP	TP		AI	QP	TP		AI	QP	TP		AI	QP	TP
Até 18 anos	53	17	28					Alugada	73	14	32	Mora Sozinho	0	3	2
Dos 19 aos 30	47	37	38	Solteiro	73	57	62					Duas Pessoas	33	17	22
								Própria	57	80	64				
Dos 31 aos 40	0	32	24									Três Pessoas	13	31	26
Dos 41 aos 50	0	14	10									Quatro Pessoas	47	32	36
				Casado	27	43	38	Cedida	0	6	4				
Maiores de 50	0	0	0									Mais de quatro Pessoas	7	17	14
AI: Aprendizagem industrial / QP: Qualificação Profissional / TP: Total Pesquisado															

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

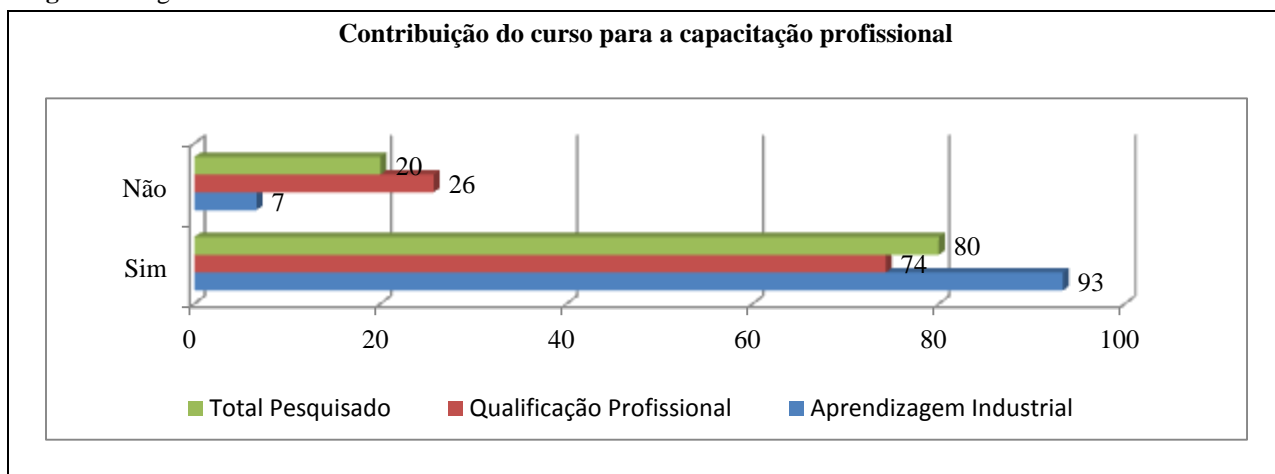
Com relação à faixa etária dos entrevistados, destaca-se que a maioria (53%) escolheu os cursos na modalidade de aprendizagem industrial, e tinha idade inferior a 18 anos. Já para os cursos de qualificação, destacam-se os entrevistados com idade entre 19 a 40 anos (69%). Evidencia-se que a maior procura nos cursos se deu pelas pessoas de 19 a 30 anos.

No que concerne ao estado civil dos entrevistados, 62% são solteiros, e 38% são casados. Com relação à moradia, destacam-se os 64% que residem em casa própria e 32% em casa alugada.

Contatou-se que, o maior quantitativo de pessoas que moram com os entrevistados foi de até quatro pessoas na família. Destes entrevistados, 47% dos egressos do curso de aprendizagem industrial, afirmaram ter menos de 18 anos e moram com os pais. Para a modalidade dos cursos de qualificação profissional, os 63% dos entrevistados moram com três ou quatro pessoas, pois são casados e têm filhos.

4.3 A CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS DO SENAI DE CACOAL

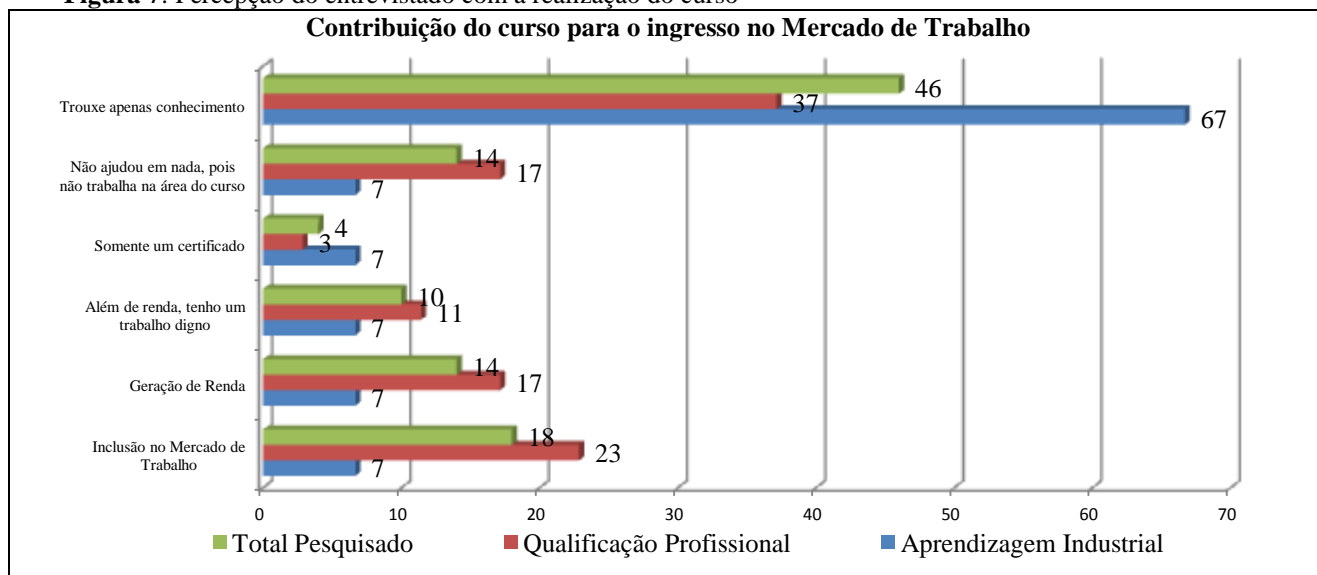
Nesta parte serão apresentados os resultados sobre a contribuição dos cursos de qualificação profissional e aprendizagem industrial do SENAI de Cacoal na formação profissional dos egressos de 2012.

Figura 6: Ingresso do entrevistado na área do curso

Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Com relação à percepção dos entrevistados, conforme é apresentado na figura 6, a maioria, tanto dos cursos de qualificação profissional, quanto os de aprendizagem industrial acreditam que o curso contribuiu no aprimoramento e no desenvolvimento das habilidades profissionais, principalmente no que diz respeito no aperfeiçoamento da mão-de-obra.

Para os 20% que afirmaram que não houve contribuição profissional dos cursos recebidos, observa-se que estes não estavam trabalhando na área do curso concluído ou eram menores de 18 anos, e não estavam ainda inseridos no mercado de trabalho.

Figura 7: Percepção do entrevistado com a realização do curso

Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

De acordo com a figura 7, a maioria (46%) afirmou que o curso trouxe apenas conhecimento. No entanto, observa-se que os cursos de aprendizagem industrial são ofertados para jovens de 16 a 24 anos, em que a maioria desses (46%) é menor de 18 anos, portanto não

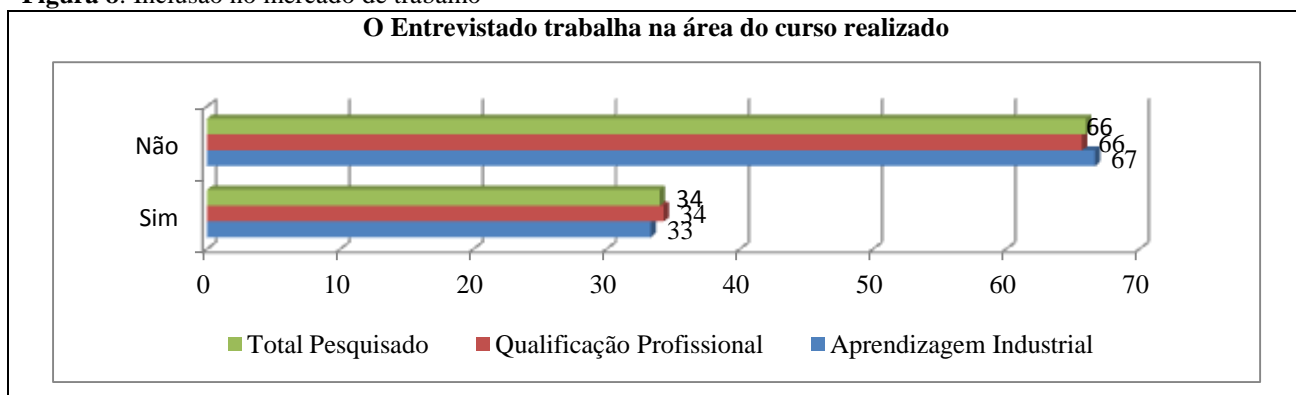
tem idade suficiente para ingressar no mercado de trabalho. Quanto à qualificação profissional, 37% dos egressos buscaram apenas conhecimentos relacionados aos cursos.

Nota-se que os egressos dos cursos de aprendizagem industrial se preocuparam mais com aspectos educacionais, enquanto os de qualificação profissional além do educacional se preocuparam com aspectos financeiros. Havendo também, 14% dos entrevistados, que afirmaram que o curso não contribuiu com nada, pois não trabalham na área do curso.

Neste sentido, observa-se que os cursos de qualificação profissional e de aprendizagem industrial oferecidos em 2012, acabaram qualificando os jovens em sua maioria, no aspecto do ensino. Porém, conforme relato de 66% dos entrevistados apenas pelo fato de terem concluído o curso, não facilitou em nada o ingresso no mercado de trabalho, que segundo eles, as estratégias ou convênios com empresas ou entidades do mercado de trabalho são insuficientes para absorção de toda a mão de obra formada.

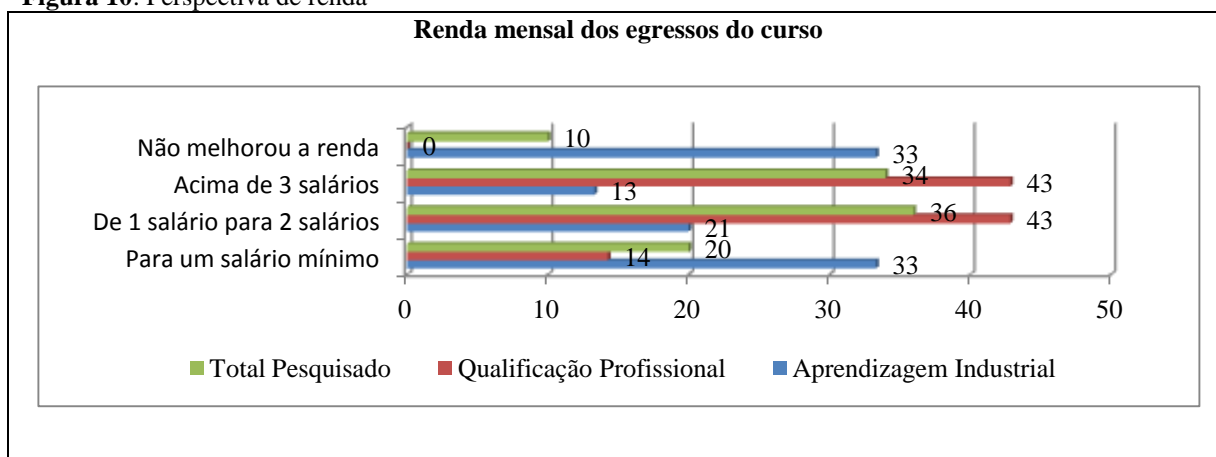
Outro aspecto evidenciado pela pesquisa, diz respeito a outros fatores como, por exemplo, oportunidades de cursos e a não compatibilidade das habilidades, os cursos oferecidos nem sempre são os desejados e as poucas opções de demanda no mercado.

Figura 8: Inclusão no mercado de trabalho



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Dos egressos de 2012 do curso de qualificação profissional, destaca-se na figura 8 a predominância de 66% dos entrevistados que afirmaram não estarem trabalhando na área pelo fato de não terem até o momento oportunidade de trabalho, sendo o mercado na região restrito em novas vagas para contratação. Souza (2013) descreve que é aceitável que o programa de inclusão produtiva viabilize gerar oportunidade de ocupação e renda, pois elas deverão estar de acordo com a oferta do curso, a demanda no mercado e as habilidades do usuário. Porém, é um dever do Estado oferecer aos usuários as oportunidades para que o programa ocorra com sucesso e se torne realmente uma “porta de saída” daqueles em situação de risco social extrema pobreza, pois não basta ter uma ampla disponibilidade, se não há o acesso efetivo.

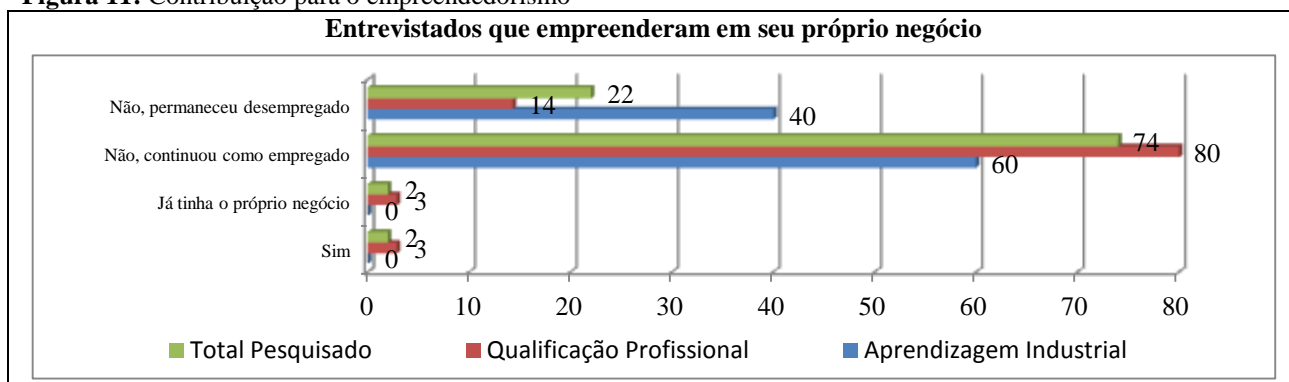
Figura 10: Perspectiva de renda

Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Na perspectiva da melhoria da renda dos egressos entrevistados em 2012, o estudo apontou fatores de avanço em uma das categorias estudadas, conforme pode ser evidenciado abaixo:

- a) Dos cursos de qualificação profissional, observou-se um relativo crescimento na renda de 100% dos entrevistados, conforme a figura 10, isso se deu por meio da capacitação obtida dos cursos concluídos.
- b) Por outro lado, os entrevistados dos cursos de aprendizagem industrial afirmaram que não houve crescimento relativo na renda, pelo fato de os egressos serem menores de 18 anos, e não terem tido acesso no mercado de trabalho.

Portanto, a contribuição dos cursos de qualificação profissional no crescimento econômico foi considerável, pois conforme Lavôr et al (2014) os conhecimentos, habilidades e competências da população local, são ações que contribuem na geração de trabalho e renda, e dessa forma, contribuem com o desenvolvimento local.

Figura 11: Contribuição para o empreendedorismo

Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

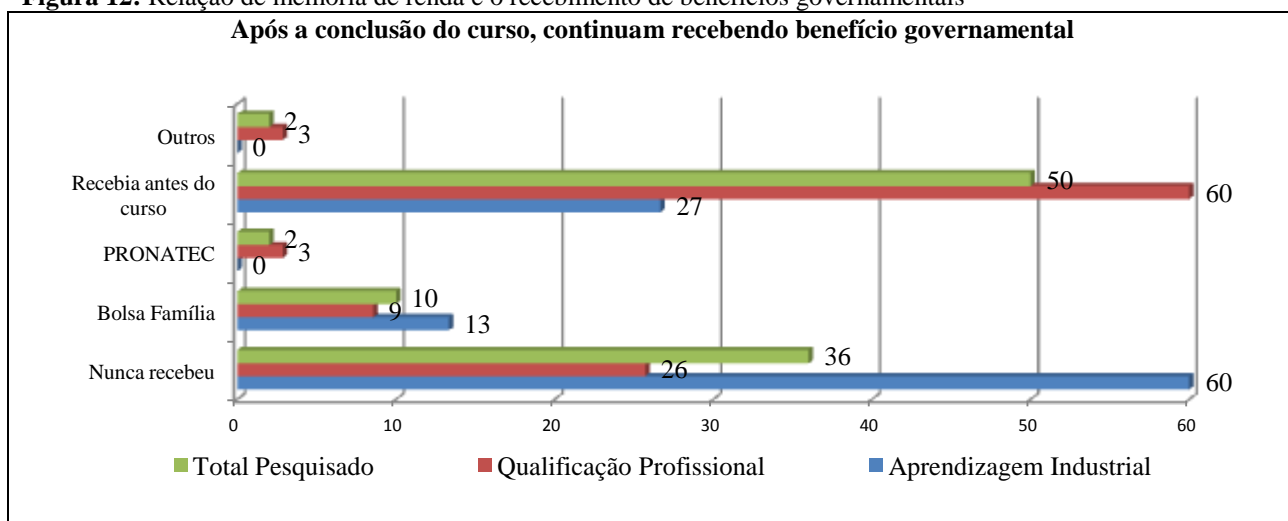
Para Dornelas (2001) o empreendedorismo é o ato de inovar, de encarar as mudanças como uma oportunidade de transformação. Desta forma o ato de empreender faz com que haja

desenvolvimento e crescimento econômico, porém o Estado deveria ser o maior incentivado, para que o empreendimento ocorra. Este incentivo é feito por meio da parceria firmada pelo SEBRAE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, coordenada pelo Brasil Sem Miséria, que traz para a categoria uma série de vantagens para alguém que trabalha por conta própria se legalize e se torne um microempreendedor (BRASIL, 2014).

Contudo, o que podemos observar na figura 11 é que apenas 4% dos entrevistados empreenderam seu negócio, sendo esta parcela pertencente ao curso de qualificação profissional, não havendo nenhum na aprendizagem industrial. Entende-se assim, que mesmo que o governo dê incentivo para serem donos do seu próprio negócio, o fato não contribuiu para o surgimento de novos empreendedores entre os alunos egressos entrevistados.

Dos que não empreenderam, a maioria permaneceu como empregado. E uma parcela grande dos alunos de aprendizagem industrial permaneceu desempregada devido ao fator da idade ser inferior a 18 anos.

Figura 12: Relação de melhoria de renda e o recebimento de benefícios governamentais



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

De acordo com BRASIL (2014), é previsto em lei que o candidato ao curso esteja cadastrado no CADÚNICO recebendo ou não benefício governamental (Bolsa Família), e se caso o candidato não obtiver nenhum dos requisitos, será encaminhado ao órgão responsável pela Assistência Social, preferencialmente, e lá será feito o cadastro. A matrícula nos cursos não implica no corte do benefício, porém a renda mensal *per capita* deverá ser de \$ 77,00.

Contudo, os beneficiários que tiverem melhoria de renda, o benefício será cortado. Pois conforme Souza (2013), a inclusão produtiva promove ações que diminua a dependência de programas e benefícios dos governos federal, estadual e municipal.

Conforme a figura 12 conclui-se que o corte do benefício se dá pela melhora da renda, por serem considerados fora do limite das famílias de baixa renda. Já aqueles que

continuam recebendo o benefício, não obtiveram melhorias na renda que se esperava com a realização do curso.

Segundo Lavôr *et all* (2014) o desenvolvimento local implica crescimento com distribuição de renda, o que torna as regiões mais desenvolvidas com um suporte maior de capital humano e capital social.

Nesta pesquisa, observou-se que a forma de desenvolvimento foi por meio de cursos que permitiram o aumento de renda dos egressos, bem como o ingresso no mercado de trabalho. Os pontos positivos para o desenvolvimento regional evidenciados nesta pesquisa foram à mão de obra qualificada e a geração de renda. Essa melhoria de renda contribuiu para que muitos deixassem de receber benefícios governamentais, sendo esta a estratégia do programa de inclusão produtiva urbana.

Por outro lado, os pontos negativos apontados foram às poucas oportunidades no mercado de trabalho, a não compatibilidade das habilidades e os cursos oferecidos nem sempre são os desejados.

Conclui-se, portanto que o programa de inclusão produtiva contribuiu sim para que os egressos fossem inseridos no mercado de trabalho. Porém, o que é preciso ser melhorado é a oferta de emprego na área, pois aqueles que disseram que estão trabalhando, em sua maioria não trabalham na área, logo o programa de inclusão produtiva foi eficaz em incluir o egresso no mercado de trabalho, porém não foi eficiente em inserir o egresso no mercado de trabalho relacionado ao curso realizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao perfil socioeconômico dos egressos dos cursos de Aprendizagem industrial, a maioria é menor de 18 anos, solteiros, moram em casas alugadas e a quantidade de pessoas que residem com eles vão até quatro pessoas. Já para os de Qualificação Profissional é evidenciado que a procura dos cursos foi maior para as idades de 19 a 40 anos, e em sua maioria são casados, moram em casas próprias com três a quatro pessoas. Assim, cada proposta do curso é direcionada a um perfil de público diferente.

Logo, os critérios exigidos pelo programa e dos perfis para realização dos cursos, foi demonstrado que para o ingresso nos cursos é necessário estar registrado no CADÚNICO ou receber o Bolsa Família para alunos de Qualificação, ter idade de 16 a 24 anos para os alunos de Aprendizagem. Sendo o curso de Aprendizagem dividido em dois módulos: no primeiro o

aluno faz o curso, e no segundo ele trabalha em uma empresa e é supervisionado e remunerado por ela.

Na percepção dos entrevistados quanto à contribuição do curso para sua capacitação, notou-se que eles se sentem capacitados a exercerem a profissão e ingressar no mercado de trabalho, porém a falta de oportunidade na área faz com que deixem de trabalharem na área e busquem outras carreiras que lhes permitem ingressar no mercado de trabalho. Restando aos egressos, apenas o conhecimento.

Outros aspectos evidenciados foram que, para a maioria, os aspectos educacionais e a inclusão no mercado de trabalho se mostraram mais importantes do que o fator geração de renda. Também foi evidenciado que um dos objetivos do programa, que é fazer com que os egressos concluam o curso, sejam inseridos no mercado de trabalho, ganhem sua própria renda e deixem de receber benefícios governamentais, é contemplado, pois mesmo que não tenham ingressado na área de formação, eles concluíram os cursos e por meio destes conseguiam uma ocupação para obterem suas próprias rendas, deixando assim de receber benefícios governamentais. Porém, outro objetivo do programa, que é fazer com que os egressos empreendam, não foi contemplado, porque mesmo que o governo ofereça incentivos para o empreendedorismo, não foi o suficiente para que os egressos empreendessem.

Foi concluído que o Programa de Inclusão Produtiva Urbana oferece os cursos, capacita-os, porém não averigua a realidade no mercado, se haverá demanda ou não. Isso se dá pela falta de estratégias ou convênios com empresas para absorção de toda a mão de obra qualificada. O que é preciso ser feito para que estes pontos negativos sejam ajustados, seria a geração de mais oportunidades na área dos cursos oferecidos e mais estratégias voltadas ao empreendedorismo, para que o programa ocorra com sucesso e se torne realmente uma porta de saída.

REFERÊNCIAS

ALEXIM, João Carlos; LOPES, Carmem Lucia Evangelho. A Certificação Profissional Revisitada. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/293/boltec293a.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

BRASIL – Plano Brasil sem Miséria 2012. Disponível em: <<http://www.brasilsemiseria.gov.br/apresentacao>>. Acesso em 26 nov. 2013.

BRASIL – Serviço Nacional de Aprendizagem industrial 2012. Disponível em: <<http://www.SENAIpr.org.br/para-voce/cursos-profissionalizantes/>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastro-unico/beneficiario/cadunico-inclusao>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

BRASIL – Inclusão Produtiva Urbana 2014. Disponível em: <<http://inclusaoprodutiva.org/inclusao-produtiva-urbana/>>. Acesso em: 06 fev. 2014.

BRASIL – Serviço Nacional de Aprendizagem industrial 2014. Disponível em: <http://www.ro.SENAI.br/portal/app/webroot/index.php?option=com_content&view=article&id=22&Itemid=35>. Acesso em: 12 fev. 2014.

BRASIL – Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/acessuas-trabalho-8-3.pdf>>. Acesso em 08 fev. 2014.

BRASIL – Portal Brasil 2011. Surgimento das Escolas Técnicas. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

BRASIL – PRONATEC Brasil sem Miséria 2013. Disponível em: <http://inclusaoprodutiva.files.wordpress.com/2013/08/pronatec_bsm_nova_04-2013.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2014.

CASTRO, Jorge Abrahão de et. al., Desafios para a Inclusão Produtiva das famílias vulneráveis: Uma análise exploratória. Texto para discussão n. 1.486. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1486.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

CANALI, Heloisa Helena Barbosa. A Trajetória da Educação Profissional no Brasil e os Desafios da Construção de um Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete_old2/sites/default/files/CANALI,Heloisa.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2014.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo Transformando Idéias em Negócio. 2.ed. Campus, 2001. Disponível em: <http://paraíso.ifto.edu.br/docente/admin/upload/docs_upload/material_0cc3c0ef29.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5.ed. São Paulo. Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=11&search=rondonia>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

LAVÔR, João Ferreira de et all. Agente de Desenvolvimento Local: Estudo de Caso do agente de desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5418/1/2004_eve_rdmayorga.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014

MATIAS, Irlene dos Santos. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS: Uma reflexão sobre as condições de ingresso, permanência e evasão. Florianópolis, 2003. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2011/1/tese.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Ações Empresariais e Formação Profissional: Serviço Nacional de Aprendizagem industrial, 2014, p. 83 *apud* SENAI, 1997a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9792.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2014.

NEU, Tânia; CACENOTE, Andréa Maria. Contribuições do Curso Jovem Aprendiz na Inserção do Adolescente no Mercado de Trabalho. Disponível em: <http://redcidir.org/multimedia/pdf/trabajos_seleccionados/Seleccionados-V-Simposio/Educaci%C3%B3n-y-Desarrollo/22-CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES-DO-CURSO-JOVEM-APRENDIZ.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL (2014). Disponível em: <<http://www.cacoal.ro.gov.br/?pagina=historia>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

SILVA, Cleusa Pereira da. et. al. Educação Profissionalizante e Inclusão Social na Escola Municipal de Aprendizagem industrial (EMAI), 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/5301.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira de. Assistência Social e inclusão produtiva: algumas indagações. SEPE, 2013. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Souza_14.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2014.

APENDICE



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL/RO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA SOBRE INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA: A
CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL. O CASO SENAI DE CACOAL/RO

Este questionário tem como objetivo aplicação de estudo de caso no Município de Cacoal/RO, com propósito de levantamento de dados para o Trabalho de Conclusão de Curso(TCC) da Universidade Federal de Rondônia sob a orientação do Professor Ms. Charles Carminati de Lima.

PERFIL SOCIOECONOMICO

1) **Qual é a sua idade?** _____

2) **Qual estado civil?**

- a) Solteiro(a)
- b) Casado(a)
- c) Pardo(a)
- d) Amarelo(a)
- e) Indígena(a) ou descendente de indígena

3) **Qual é o seu tipo de moradia?**

- () Própria.
- () Alugada.
- () Cedida.
- () Outros.

4) **Quantas pessoas moram com você?**

- () Duas pessoas
- () Três
- () Quatro
- () Mais de quatro
- () Moro Sozinho(a)

CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA
INCLUSÃO DO PARTICIPANTE NO
PROGRAMA

5) **Quais foram os procedimentos realizados para o ingresso no curso profissionalizante?**

- () Cadúnico
- () Semast
- () Processo Seletivo
- () Indicação de terceiros
- () Outros

6) **Como ficou sabendo dos cursos oferecidos pelo SENAI?**

- () No site do SENAI
- () No site no Plano Brasil Sem Miséria/Inclusão Produtiva
- () Rádio/Televisão
- () Ouviu comentários
- () Outros

7) **O que influenciou na sua opção de curso?**

- () Maiores oportunidades de trabalho.
- () Já trabalho na área.
- () A família e/ou terceiros.
- () Maior retorno financeiro.
- () Outros

8) **Qual do cursos oferecidos pelo SENAI com o objeto para aprendizagem e qualificação você cursou em 2012?**

- () Eletricidade Básica – **Aprendizagem industrial**
- () Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica – **Aprendizagem industrial**
- () Eletricista de Instalações Industriais (PRONATEC) – **Qualificação Profissional Básica**
- () Eletricista de Linhas Elétricas de Alta e Baixa Tensão – **Qualificação Profissional Básica**

PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS
QUANTO A CONTRIBUIÇÃO PARA A
SAI FORMAÇÃO PROFISSIONAL

9) **Qual foi o motivo da escolha deste curso?**

- () Para ter um certificado na área
 () Geração de renda
 () Para me preparar para o mercado de trabalho
 () Para conseguir um emprego
 () Outros

10) Os cursos oferecidos pelo SENAI têm como objetivo preparar o participante para o mercado de trabalho. Na sua opinião, o seu curso contribui na sua capacitação profissional?

- () Sim, me sinto preparado para o mercado de trabalho.
 () Não, por que?

Você está trabalhando na área que você se preparou (Na opção de curso que escolheu)

- () Sim _____
 () Não

11) O que melhorou na sua vida e de sua família com a realização dos cursos promovidos pelo SENAI?

- () melhorou () piorou () permaneceu () igual

Qualidade de Vida

- () melhorou () piorou () permaneceu () igual

Qualidade no Trabalho

- () melhorou () piorou () permaneceu () igual

Relação Familiar

- () melhorou () piorou () permaneceu () igual

12) Após a conclusão do curso, sua renda média mensal melhorou:

- () Para um salário mínimo
 () De um salário para dois salários
 () Acima de 3 salários
 () Não melhorou a renda

13) Após o curso, você empreendeu seu próprio negócio?

- () Sim. Qual?

- () Não. Continuo trabalhando de empregado
 () Não consegui emprego

14) Após a conclusão do curso, você continua recebendo benefício do governamental?

- () Nunca recebi;
 () Bolsa Família;
 () Bolsa Escola;
 () PRONATEC;
 () Recebia antes do curso: Qual?

- () Outros.

15) Na sua percepção qual a contribuição que o curso realizado trouxe a você para o seu ingresso no mercado de trabalho?

- () Inclusão no mercado de trabalho
 () Geração de renda
 () Além da renda, tenho um trabalho digno
 () Somente um certificado
 () Não me ajudou em nada, pois não trabalho na área do curso que realizei
 () Trouxe-me apenas conhecimento

16) Com a realização do curso, você acredita que o seu desempenho profissional contribui para o desenvolvimento de sua região?

- () Sim, de que maneira o seu trabalho contribui com o desenvolvimento da sua região?

- () Não. Por que o seu trabalho não contribui com o desenvolvimento da sua região?

